
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

LETÍCIA PINTO BRAGA

**UM OLHAR PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA
SOBRE OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS NO
NOVO ENSINO MÉDIO**



**Rio Claro - SP
2024**

LETÍCIA PINTO BRAGA

**UM OLHAR PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE OS ITINERÁRIOS
FORMATIVOS NO NOVO ENSINO MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Paula dos Santos Malheiros

Rio Claro - SP
2024

B813o	<p>Braga, Letícia Pinto</p> <p>Um olhar para a produção acadêmica sobre os itinerários formativos no novo ensino médio / Letícia Pinto Braga. -- Rio Claro, 2024</p> <p>33 f.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio Claro</p> <p>Orientadora: Ana Paula dos Santos Malheiros</p> <p>1. Educação. 2. Itinerários Formativos. 3. Novo Ensino Médio. 4. Paulo Freire. I. Título.</p>
-------	--

LETÍCIA PINTO BRAGA

**UM OLHAR PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE OS ITINERÁRIOS
FORMATIVOS NO NOVO ENSINO MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências – Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula dos Santos Malheiros

Prof. Dr. Lucas Carato Mazzi

Prof^ª Me. Ana Carolina Ferreira Rangel

Aprovado em: 11 de Novembro de 2024

Assinatura do discente

Assinatura do(a) orientador(a)

Dedico este trabalho aos meus professores de Ensino Médio, que me mostraram como essa etapa da educação deve ser.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Damaris e Júnior, que me deram suporte financeiro e emocional durante toda a minha graduação, obrigada por me incentivarem e acreditarem em mim.

À minha irmã Gabriela, minha maior inspiração, sem ela eu não estaria me formando, obrigada por me mostrar que a educação vale a pena.

À professora Paula Malheiros, que me orientou na iniciação científica e no Trabalho de Conclusão de Curso, desejo me tornar uma professora dedicada e atenciosa como você, obrigada por me transformar em uma pesquisadora.

Ao Centro Acadêmico da Pedagogia, que me formou como estudante e defensora da educação pública, que moldou meu caminho dentro do curso e reforçou aquilo que desejo para minha vida.

À Julia, Juliete, Clara, Maria, Raissa e Isabela, que me acompanharam desde o primeiro semestre e estiveram comigo em todos os momentos da minha graduação, obrigada pela amizade e parceria, pelos trabalhos em grupo e por todo o apoio, fico feliz em saber que minhas futuras colegas de profissão serão vocês.

Ao Octávio Alvarenga, que gerou um grande impacto na minha graduação, me acompanhado no movimento estudantil, na pesquisa e em minhas escritas acadêmicas, obrigada por estar ao meu lado e torcer de perto.

Na sua pesquisa você não fala bem do Novo Ensino Médio não, né Letícia? Porque isso aqui tá muito ruim e a gente não sabe o que fazer.¹

¹ Fala de um estudante secundarista, proferida a mim, durante uma conversa sobre a vida universitária, ao longo de uma visita a uma escola estadual paulista.

RESUMO

A Lei 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabeleceu uma mudança na estrutura do Ensino Médio, com alterações de carga horária e a implementação de Itinerários Formativos. Diante deste novo cenário educacional esta pesquisa, pautada no paradigma qualitativo e de natureza bibliográfica, tem como objetivo identificar e compreender o que tem sido produzido e divulgado acerca dos Itinerários Formativos no Novo Ensino Médio na comunidade de Educação, desenvolvendo uma análise e reflexão sobre as possibilidades e limitações dos Itinerários Formativos no Novo Ensino Médio na formação crítica dos estudantes. As plataformas utilizadas para a realização da pesquisa foram Scielo e Portal Periódico CAPES e os termos pesquisados foram: “Novo Ensino Médio” e “Itinerários Formativos”. Como referencial teórico, a pesquisa se baseia nas obras de Paulo Freire, principalmente nos conceitos de educação, educador e escola. A pesquisa conta com discussões e análises sobre a liberdade de escolha, flexibilização curricular, mercado de trabalho e desigualdade social. Assim, inferimos que aquilo proposto por Freire como educação de qualidade não se vincula com a realidade nas escolas de Ensino Médio afetadas pela reforma, em especial pelos Itinerários Formativos.

Palavras-Chave: Educação. Itinerários Formativos. Novo Ensino Médio. Paulo Freire.

ABSTRACT

Law 13.415/2017, which amended the Law of Guidelines and Bases of National Education, established a change in the structure of the High School, with changes in the academic workload and the implementation of Formative Itineraries. In face of this new educational scenario, this research, based on a qualitative paradigm and bibliographic review, aims to identify and understand what has been produced and disseminated about the Formative Itineraries in the New High School within the Education community, developing an analysis and reflection on the possibilities and limitations of the Formative Itineraries in the New High School in the critical formation of students. The platforms used to carry out the research were Scielo and Portal Periódico CAPES and the terms searched were: “New Secondary Education” and “Formative Itineraries”. As a theoretical framework, the research is based on the works of Paulo Freire, mainly on the concepts of education, educator, and school. The research includes discussions and analyses on freedom of choice, curriculum flexibility, the labor market, and social inequality. Thus, we infer that what Freire proposed as quality education does not align with the reality in the High Schools affected by the reform, especially by the Formative Itineraries.

keywords: Education. Formative Itineraries. New High School. Paulo Freire.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Trabalhos selecionados a partir do levantamento bibliográfico.....	18
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
3. METODOLOGIA.....	17
4. ANÁLISE DE DADOS.....	21
4.1 Liberdade de escolha e Flexibilização Curricular.....	21
4.2 Mercado de trabalho e desigualdade social.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

1. INTRODUÇÃO

A Educação brasileira vem passando por uma série de mudanças estruturais nos últimos anos, em particular, a partir da Lei 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 2017) e estabeleceu mudanças estruturais no Ensino Médio. Michel Temer, presidente da república à época, defendeu a Reforma justificando a necessidade de encontrar “um equilíbrio financeiro no Brasil a partir de um investimento na educação” (Fabis; Wanderer, 2022, p 2). Dentre as mudanças, também se destaca a instituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na etapa do Ensino Médio (Brasil, 2018), a partir da resolução nº 04/2018. A Reforma do Ensino Médio e a BNCC estabelecem mudanças no Ensino Médio em dois eixos fundamentais: a alteração da carga horária e a reestruturação da organização curricular (Carvalho e Cavalcanti, 2022).

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I–linguagens e suas tecnologias; II–matemática e suas tecnologias; III–ciências da natureza e suas tecnologias; IV–ciências humanas e sociais aplicadas; V–formação técnica e profissional (Brasil, 2017).

Com base nessas mudanças, no Estado de São Paulo, em 2021, passou a ser implementado o “Novo Ensino Médio”, a partir de adaptações que a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (SEDUC-SP) realizou. Para tanto, foi elaborado o *Currículo Paulista – Etapa Ensino Médio* (São Paulo, 2020), doravante aqui nomeado apenas como *Currículo*, em consonância com a BNCC. No *Currículo* é mencionada a alteração de carga horária do Ensino Médio, que passou a ser “composta pela formação geral básica (comum a todos os estudantes), com carga horária máxima de 1.800 horas, e por Itinerários Formativos (parte diversificada e flexível), com carga mínima de 1.710 horas”² (São Paulo, 2020, p. 46). No mesmo documento é apresentado que:

Os itinerários formativos são compostos por diferentes arranjos curriculares, um conjunto de unidades curriculares que possibilita ao estudante aprofundar e ampliar as aprendizagens desenvolvidas na formação geral básica, *em uma ou mais áreas do conhecimento*,

² A carga horária máxima diz respeito ao Ensino Médio em Tempo Integral, com duração de 7 horas diárias.

permitindo que vivencie experiências educativas associadas à realidade contemporânea e que promova a sua formação pessoal, profissional e cidadã (São Paulo, 2020, p. 196, grifos nossos)

O foco aqui dado à execução dos Itinerários Formativos no Ensino Médio de São Paulo, se deve ao fato de que o Estado da região sudeste é o lugar onde reside a autora e onde seu envolvimento com as questões da Educação e as Políticas Públicas educacionais foi percebido e desenvolvido. Além de São Paulo ter sido o Estado pioneiro na implementação do Novo Ensino Médio, de acordo com a Rede Escola Pública e Universidade (REPU).

Em julho de 2020, o estado de São Paulo foi o primeiro do país a aprovar o “novo currículo” para o Ensino Médio. O então secretário da educação Rossieli Soares da Silva [...] sempre se mostrou orgulhoso pelo fato de a maior e mais rica rede de ensino do país ter sido a primeira dentre todos os estados a implementar a Reforma (REPU, 2022, p. 5)

Os Itinerários Formativos têm como objetivos o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento e têm como premissa a flexibilidade como princípio de organização curricular e são executados pelos estudantes, considerando seus interesses e relacionados aos seus projetos de vida, conforme os documentos oficiais já citados aqui. Tal fato permite, em teoria, a construção de currículos e propostas pedagógicas que atendam mais adequadamente às especificidades locais e à multiplicidade de interesses dos estudantes, estimulando o exercício do protagonismo juvenil e fortalecendo o desenvolvimento de seus projetos de vida (Brasil, 2018). A perspectiva dos Itinerários Formativos visa, principalmente, o reconhecimento das diversidades. Para Vasconcelos (2021, p. 19), “a proposta é tornar as aulas menos expositivas e mais dinâmicas, favorecendo a realização de oficinas, projetos e atividades que estimulem a participação dos estudantes e conectem conhecimentos e professores de diversas áreas”.

A Reforma do Ensino Médio, segundo Carvalho e Cavalcanti (2022, p. 5), foi um “objeto de intensa crítica devido à dimensão das medidas propostas e da ausência de discussão, especificamente as alterações curriculares, a reorganização da carga horária e a criação dos itinerários formativos”, em função disso, cabe aqui investigar como os itinerários formativos estão acontecendo, com intuito de contribuir com a melhora efetiva da Educação Básica.

Alguns outros autores, dentre os quais Ferretti (2018), Lopes (2019), Koepsel, Garcia e Czernisz (2020) e Groenwald e Panossian (2021), também fazem críticas às propostas do Novo Ensino Médio em vigor no Brasil. Para Ferretti (2018), por exemplo, o problema não é apenas curricular, mas envolve questões como infraestrutura, ausência de diálogo, motivos econômicos, gravidez na adolescência, entre outros. Groenwald e Panossian (2021, p. 7) ressaltam que o fato de um tema tão relevante ter sido implementado “por meio de uma medida provisória revela a falta de comunicação com setores e agentes diretamente atingidos e ignora as pesquisas realizadas pela comunidade acadêmica”.

É possível entender e concordar com as críticas, mas o Novo Ensino Médio e, em particular, os itinerários formativos já são realidade no estado de São Paulo, por exemplo, e precisam ser pesquisados. Desde 2022 os itinerários formativos estão se fazendo presente na vida de estudantes e professores nas escolas estaduais paulistas, mesmo com críticas realizadas por parte da comunidade acadêmica e da sociedade civil. Neste sentido, é fundamental conhecer o que educadores têm pesquisado sobre o tema, assim como o que a legislação diz a respeito ao Novo Ensino Médio e, em particular, sobre os itinerários formativos. Por essa razão, o objetivo desta pesquisa é identificar e compreender o que tem sido produzido e divulgado acerca dos Itinerários Formativos no Novo Ensino Médio na comunidade de Educação, a fim de desenvolver uma reflexão sobre as suas possibilidades e limitações na formação crítica dos estudantes.

Esta pesquisa dirigiu-se na perspectiva de Paulo Freire, que afirma que “não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação” (Freire, 2019a, p. 108). Para o autor, a denúncia só faz sentido se com ela vem o anúncio de outras possibilidades, com vistas à transformação.

[...] não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica essa denúncia e esse anúncio, mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciado e agora um novo presente. A nova experiência de sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não morre. Pelo contrário, continua (Freire, 2019b, p. 126-7, grifos nossos).

Sendo assim, no desenvolvimento desta pesquisa, em nível de Trabalho de Conclusão de Curso, é visado denunciar, mas também anunciar possibilidades efetivas para o trabalho com os itinerários formativos, a partir do que está descrito na literatura da área.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A presente pesquisa se fundamenta nas obras de Paulo Freire, pois é entendido que suas escritas poderão contribuir para compreender aspectos do Novo Ensino Médio, a partir não apenas dos conceitos já mencionados, mas outros que se tornam importantes ao decorrer da pesquisa, como *educação*, *educador* e *escola*. A reflexão presente nesta pesquisa então se baseia na perspectiva de Freire para entender a Reforma do Ensino Médio, em particular dos Itinerários Formativos, a partir de uma visão crítica e política da escola, do educador e da educação, em especial do estado de São Paulo.

A indissociabilidade entre educação e política consiste na educação ser dependente da política, entre outras formas, pois é da política que vem o orçamento direcionado para investimento na infraestrutura e para os serviços educacionais. Já a política depende da educação porque é através da educação que os sujeitos sociais têm acesso à informação, ao entendimento das propostas políticas, entre outros (Pinheiros; Evangelista; Moradillo, 2020, p. 243).

O que se busca nesta pesquisa é o entendimento dos Itinerários Formativos no Novo Ensino Médio não somente como conjunto de componentes curriculares, projetos e oficinas propostos a partir da Reforma e praticados em sala de aula, mas sim como resultado de uma política pública, pensada e planejada a fim de afetar a relação entre a educação e a sociedade.

Freire (1986) acredita que a educação não deve ser mudada somente em seus métodos e técnicas, mas sim é a relação que as pessoas possuem com o conhecimento é que deve ser mudada, portanto a crítica vai além da sala de aula, mas se torna uma crítica à sociedade.

O educador libertador tem que estar atento para o fato de que a transformação não é só uma questão de métodos e técnicas. Se a educação libertadora fosse somente uma questão de métodos, então o problema seria mudar algumas metodologias tradicionais por outras mais modernas. Mas não é esse o problema. A questão é o estabelecimento de uma relação diferente com o conhecimento e com a sociedade (Freire; Shor, 1986, p. 28).

Por essa razão, Paulo Freire se torna tão importante em nossa pesquisa, visto que carrega em suas obras a importância de uma educação de qualidade e

anuncia a maneira a qual é possível conquistar essa educação. Para Freire, a educação deve ser entendida como problematizadora e libertadora, e que essa atividade dialética, que é a educação, se dá na relação entre educando, educador e o mundo (Freire, 1996), construindo assim o conhecimento, diferente da chamada *educação bancária*, em que o professor é visto como o detentor total do conhecimento e a partir de um método, deposita esse saber em seus alunos, centralizando a importância da educação apenas no ato de transmitir uma informação. A educação problematizadora e libertadora, por outro lado, deve garantir a importância e necessidade do educador e do educando de maneira igualitária, não priorizando o ensinar sobre o aprender.

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina ensina alguma coisa a alguém. Por isso é que, do ponto de vista gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo relativo. Verbo que pede um objeto direto (Freire, 1996, p.12).

A relação entre educador e educando é muito discutida nas obras de Paulo Freire, o autor discorre a respeito do assunto, desenvolvendo reflexões sobre ensino e aprendizagem, educação libertadora, autoridade, respeito, entre outros. Em sua obra “Professora sim, Tia não: cartas a quem ousa ensinar”, o autor comenta que os professores não devem se enxergar apenas como *ensinantes*, pois não são, mas sim carregam esse caráter político aqui já mencionado:

Nossa tarefa não se esgota no ensino da matemática, da geografia, da sintaxe, da história. Implicando a seriedade e a competência com que ensinamos esses conteúdos, nossa tarefa exige o nosso compromisso e engajamento em favor da superação das injustiças sociais (Freire, 1997, p. 54).

Freire também afirma que a escola não deve se afastar e se manter alheia às questões sociais, culturais e econômicas que envolvem os seus alunos e suas famílias. O autor ressalta que “não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo” (Freire, 1996, p 33).

A escola então deve buscar se preocupar em entender o contexto dos estudantes para assim pensar em um processo de ensino-aprendizagem a ser desenvolvido pelos professores e alunos, para que assim haja a possibilidade de uma educação libertadora e de qualidade. “Procurar conhecer a realidade em que

vivem nossos alunos é um dever que a prática educativa nos impõe: sem isso não temos acesso à maneira como pensam, dificilmente então podemos perceber o que sabem e como sabem” (Freire, 1997, p 53).

Esses conceitos, descritos por Paulo Freire, colaboram para a discussão e análise das temáticas desenvolvidas ao decorrer deste trabalho, buscando um olhar crítico no que se refere à situação atual do Ensino Médio e fornecendo reflexões de uma melhoria nessa etapa tão importante da educação básica.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa é baseada no paradigma qualitativo, pois tem natureza interpretativa e não está preocupada com a quantificação dos fenômenos e, sim, com a compreensão dos mesmos. Ela é de natureza bibliográfica e tem caráter exploratório-descritivo (Lima e Miotto, 2007). A escolha por essa abordagem se deve à necessidade de compreender e discutir sobre a implementação e funcionamento dos Itinerários Formativos no Novo Ensino Médio, uma vez que para Poupart et al (2008, p.286) o método qualitativo “(...) tem a vantagem de levar a uma compreensão mais profunda da realidade social”. Dessa forma, a utilização da abordagem qualitativa se alinha com o propósito central da pesquisa.

Nesse sentido, em um primeiro momento, foi realizado um levantamento dos artigos e trabalhos em eventos que abordam experiências, ensaios teóricos ou pesquisas que tematizam o Novo Ensino Médio, com olhar especial para os Itinerários Formativos, visto que essa é a temática pesquisada e discutida no presente trabalho. As palavras e termos pesquisados³ na plataforma Scielo⁴ e no Portal Periódico CAPES⁵ foram: “*Novo Ensino Médio*” e “*Itinerários Formativos*”, para identificar todos os trabalhos já realizados acerca do assunto estudado, a fim de estabelecer novos critérios para a seleção dos artigos. O ano de publicação dos artigos não foi um impedimento, nem uma questão a ser discutida, visto que a lei que determinou a reforma do Ensino Médio foi implementada no ano de 2017, e trabalhos que abordam questões relacionadas aos Itinerários Formativos foram lançados após essa data, ou seja, o recorte temporal então não foi necessário. Na nossa busca foram encontrados dezenove artigos no total.

A partir de leituras de títulos, resumos e palavras-chaves, a seleção dos artigos foi realizada considerando critérios estabelecidos para a construção e escrita da pesquisa, sendo eles: recorte regional, ou seja, foram selecionados artigos que tratavam da temática em nível nacional ou relacionados apenas ao estado de São Paulo, pelos motivos já citados, e o recorte dos Itinerários Formativos específicos,

³ As pesquisas foram realizadas em Outubro de 2023

⁴ <https://www.scielo.br/>

⁵ <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez87.periodicos.capes.gov.br/index.php?>

isto é, foram selecionados textos que não tratassem de apenas um Itinerário Formativo, mas sim deles como um todo. A exceção foi o artigo intitulado “*A reforma do “Novo Ensino Médio”: uma interpretação para o ensino de ciências com base na pedagogia histórico-crítica*” (Pinheiros; Evangelista; Moradillo, 2020), que foi selecionado por dialogar com o restante dos trabalhos escolhidos e contribuir com as discussões que constroem o corpo da pesquisa.

Na sequência foi realizada a leitura e análise dos artigos encontrados, através dos fichamentos que foram realizados. A partir de reuniões de orientação e dos estudos, foi feita a categorização dos artigos e textos que fazem parte da pesquisa. Seguindo os critérios previamente estabelecidos, foram selecionados nove artigos e uma ficha técnica, como é apresentado no quadro 1.

Quadro 1 - Trabalhos selecionados a partir do levantamento bibliográfico

Título	Autor	Ano de publicação
A reforma do “novo Ensino Médio”: uma interpretação para o ensino de ciências com base na pedagogia histórico-crítica	Pinheiro, Bárbara Carine Soares ; Evangelista, Neima Alice Menezes ; Moradillo, Edilson Fortuna de	2020
A reforma em curso no ensino médio Brasileiro e a naturalização das desigualdades escolares e sociais	Furtado, Renan Santos; Silva, Vergas Vitória Andrade da	2020
Itinerários formativos e ‘liberdade de escolha’: Novo Ensino Médio em São Paulo	Cássio, Fernando; Goulart, Débora Cristina	2022
Novo Ensino Médio: Entre a liberdade incondicional dos sujeitos na escolha do Itinerário Formativo e a necessidade sócio-histórica de reprodução da força do trabalho.	Santos, Lavoisier Almeida dos ; Cavalcante, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira; Melo, Valci	2022
Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede Estadual de São Paulo	Rede Escola Pública e Universidade – REPU	2022

Novo Ensino Médio e os itinerários formativos: possibilidades para os multiletramentos?	Hissa, Débora Liberato Arruda; Brasil, Jaciara de Barros	2023
Novo Ensino Médio e seus efeitos sobre sujeitos e currículos	Fabis, Camila da Silva; Wanderer, Fernanda	2022
O “novo” ensino médio: apontamentos sobre a retórica da reforma, juventudes e o reforço da dualidade estrutural.	Silveira, Éder da Silva; Ramos, Nara Vieira; Vianna, Rafael de Brito	2018
O Novo Ensino Médio Paulista: velhas propostas de manutenção da dualidade estrutural e da precarização do ensino.	Carvalho, Celso do Prado Ferraz de; Cavalcanti, Fabio	2022
Políticas educacionais para a formação do jovem brasileiro: a reforma do ensino médio e as implicações da lei nº 13.415/2017	Vicente, Vinicius Renan Rigolin de; Moreira, Jani Alves da Silva	2019

Fonte: Dados coletados pela autoria

Após a categorização dos artigos, foi dado início a construção de uma nova parte do desenvolvimento do trabalho, com reflexões, discussões e análises que permitam a contribuição com a melhora efetiva da Educação Básica, no que se refere ao ensino e a aprendizagem, denunciando e anunciando (Freire, 2019b) possíveis melhorias na comunidade educacional do país.

No que tange a análise de dados, entendemos que ela “envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta dos aspectos importantes e do que deve ser aprendido e decisão sobre o que vai ser transmitido pela pesquisa” (Bogdan; Biklen, 1994, p. 205). Os dados foram analisados por meio da identificação dos temas e relações, gerando questionamentos a partir dos referenciais teóricos adotados. Para Bogdan e Biklen (1994, p. 205),

A análise de dados é o processo de busca e de organização sistemático de transcrições, de notas de campo e de outros materiais que foram sendo acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe

permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou. A análise envolve o trabalho com os dados, a sua organização, divisão em unidades manipuláveis, síntese, procura de padrões, descoberta dos aspectos importantes e do que deve ser aprendido e a decisão sobre o que vai ser transmitido aos outros.

A análise dos dados desta pesquisa teve como base a leitura e interpretação dos artigos seleccionados e o referencial teórico do trabalho, Paulo Freire. Foram seleccionados quatro subtemas que se envolvem e caracterizam os Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio, sendo eles: Liberdade de escolha, Flexibilização Curricular, Mercado de Trabalho e Desigualdade social. Esses assuntos norteiam as discussões e reflexões presentes na pesquisa, estabelecendo uma análise a partir de uma perspectiva Freireana e considerando o objetivo, os dados foram organizados e evidenciados ao decorrer do trabalho.

4. ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção discutimos acerca da liberdade de escolha que o Novo Ensino Médio assegurou em suas divulgações (Cássio e Goulart, 2022), analisando a flexibilização curricular proposta através dos Itinerários Formativos como garantia de uma autonomia para os secundaristas. Mas essa liberdade de fato existe? Quais são os estudantes que podem cursar os Itinerários que desejam? Também apresentamos reflexões sobre como os Itinerários Formativos estão vinculados diretamente com o mercado de trabalho e escancaram a realidade social dos estudantes, fortalecendo ainda mais as desigualdades que os envolvem. São discutidas questões que abrangem a juventude, a dualidade estrutural, formação técnica e o qual de fato é o papel da escola frente a essas realidades distintas.

4.1 Liberdade de Escolha e Flexibilização Curricular

O discurso de que a Reforma do Ensino Médio ofereceria uma maior autonomia estudantil e uma liberdade de escolha, através dos Itinerários Formativos, foi fortemente propagado e disseminado pelo governo federal, na época, por meio das peças publicitárias e documentos governamentais, que apresentaram a Reforma por meio de aspectos positivos e revolucionários: “O Novo Ensino Médio pretende atender às necessidades e às expectativas dos jovens, fortalecendo o protagonismo juvenil” (Brasil, 2017). Essa narrativa buscava gerar o apoio e aceitação da comunidade escolar e da sociedade, de forma geral, sobre as novas propostas, como solução para os problemas que a escola necessitava solucionar.

Essa Lei é divulgada pelo governo como sendo a esperança da melhora do Ensino Médio e a solução para menor evasão escolar de estudantes, apostando que todos os problemas do mesmo se baseiam apenas no currículo. Poderíamos chamar essa visão de ingênua se ela não fosse proposital e tendenciosa, travestida de “interesse” por parte das/dos estudantes em decidir seu futuro (Pinheiros; Evangelista; Moradillo, 2020, p. 248).

De acordo com os documentos oficiais, os chamados Itinerários Formativos são “estratégicos para a flexibilização da organização curricular do Ensino Médio,

pois possibilitam opções de escolha aos estudantes” (Brasil, 2018, p. 471). Porém, os estudos e análises sobre o assunto revelam que a realidade nas escolas é outra.

Em nota técnica sobre o Novo Ensino Médio, a REPU descreveu que essa “escolha” dos estudantes do estado de São Paulo foi feita “(...) por meio do preenchimento de um questionário online de “manifestação de interesse”, disponibilizado entre junho e julho de 2021 a 423.874 estudantes do 1º ano do Ensino Médio” (REPU, 2022, p.8). Nessa mesma nota é apresentado que o questionário citado possuía no total, 79 páginas de texto para serem lidas e compreendidas pelos estudantes, de modo online, durante o período de pandemia, para que assim, em um cenário não apropriado, pudessem realizar suas escolhas, já que o governo, segundo Cássio e Goulart (2022), faltava com políticas públicas para garantir o acesso à internet nesse tempo para os estudantes. Fatos estes que trazem o questionamento da intenção do governo ao proporcionar esse tipo de escolha para os estudantes, era o desejo dos governantes que os secundaristas tivessem “voz” e participação nesta tomada de decisão? A escolha foi, de fato, deles?

A flexibilização curricular proposta através da Reforma do Ensino Médio, carrega uma grande e significativa mudança no cenário escolar, trazendo a ideia de responsabilidade ao estudante sobre seu próprio percurso formativo (Fabis; Wanderer, 2022), ideia essa que visa preparar o aluno para o mercado de trabalho e reflete uma lógica individualista. Indo contra ao discurso que Freire (2019a, p. 95) faz sobre a importância do coletivo quando diz que “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si (...)”, mostrando que o educando não deve educar a si mesmo, mas que a educação acontece coletivamente.

As autoras apontam também que “com possibilidades curriculares mais flexíveis, os estudantes são incitados a fazerem escolhas, assumindo a administração de suas histórias, cujas decisões podem ser lidas como responsabilidades delegadas que dispensam o olhar do adulto” (Fabis; Wanderer, 2022, p. 9), apresentando como essa flexibilização gera debates a respeito de autonomia intelectual e criticidade da parte dos jovens estudantes.

Para Vicente e Moreira (2019, p.197), “nas modalidades de aprendizagem flexível, o aluno estabelece ritmo, condições e seu próprio horário de estudo, no qual, em tese, aprenderia a aprender sozinho ou em colaboração”, logo, o papel do professor é deixado de lado. Os autores também afirmam que Reforma não parece estar contribuindo para uma visão política dos educadores frente aos Itinerários Formativos e seus conteúdos, a reflexão de Paulo Freire (1996) sobre um professor envolvido politicamente com seu trabalho, não se mostra importante para o Novo Ensino Médio, a realidade é que o trabalho docente dentro da Reforma, é precarizado e deixado de lado.

Com a inclusão do inciso IV, no artigo 61, a LDB reconhece como profissionais sem quaisquer formações pedagógicas que, amparados pelos sistemas de ensino, serão nomeados como de “notório saber”; o fato de estarem, exclusivamente, vinculados à formação técnica e profissional não minimiza o equívoco da nova lei (Vicente e Moreira, 2019, p 196).

Com o currículo do Ensino Médio flexível, todos estudantes estão mesmo desenvolvendo autonomia e melhores condições de estudo? Em nota técnica, a REPU apresenta os dados das atribuições de aulas dos Itinerários Formativos na rede estadual de São Paulo, de abril de 2022, e afirma que a partir dos números de aulas atribuídas, é como se cada estudante estivesse apenas com quatro dias de aula por semana. Além disso, os alunos do período noturno se prejudicam ainda mais pois, segundo a nota, tiveram acesso somente a 70% de sua formação prevista (REPU, 2022). Em contrapartida a isso, Freire em suas escritas revela a importância do estudante permanecer dentro da escola, para além da necessidade das aulas, mas construindo raízes e experiências coletivas que melhoram as condições de estudo, para o autor a escola é:

Lugar onde se faz amigos, [...] gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima. [...] e a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão.[...] nada de ser como o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só. [...] numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz.⁶

Porém, é possível observar que as escolas públicas não estão sendo para os alunos de Ensino Médio, esse espaço descrito por Paulo Freire. Acerca da ideia de flexibilidade, que se dá supostamente através da livre escolha dos estudantes, Furtado e Silva (2020) reforçam a ideia de que não há a obrigatoriedade das

⁶ Poesia de Paulo Freire, disponível no site do Instituto Paulo Freire (www.paulofreire.org)

instituições escolares oferecerem todos os Itinerários Formativos selecionados pelos estudantes, por essa razão, o aluno não possui essa liberdade de escolha, mas será induzido a “escolher” os itinerários que sua escola fornece. Cássio e Goulart (2022) ainda afirmam que os estudantes devem contar com a sorte para que a escola forneça os Itinerários que coincidirem com aquilo que deseja.

Uma vez que os estudantes eram obrigados a escolher ao menos seis dentre os dez itinerários de aprofundamento, todos os itinerários acabaram sendo votados pela maioria, o que poderia respaldar a oferta de quaisquer itinerários pelas escolas e, ao mesmo tempo, comprometer a efetividade do processo de escolha. (REPU, 2022, p.19)

Esse processo reforça ainda mais a desigualdade de classes presente na sociedade, visto que a escola com melhores condições e estrutura oferece mais itinerários do que as instituições com menos recursos, que acolhem alunos de classes mais pobres, e que não conseguem ofertar os mesmos itinerários. Segundo a nota técnica mencionada anteriormente, “a “liberdade de escolha” dos/as estudantes do Ensino Médio também está desigualmente distribuída do ponto de vista socioeconômico” (REPU, 2022, p.16), mostrando cada vez mais que jovens de realidades socioeconômicas diferentes, possuem escolhas diferentes. Assim, “esse discurso silencia o fato de que a liberdade de escolha dos jovens está submetida aos condicionamentos sócio-históricos que tensionam a sua existência” (Santos et al., 2022, p. 13). Para Cássio e Goulart (2022, p.530), “a liberdade de escolha continuará sendo um privilégio daqueles/as que sempre gozaram dela: estudantes das escolas privadas provenientes das elites, das classes médias” .

4.2 Mercado de trabalho e desigualdade social

Os Itinerários propostos no Novo Ensino Médio destacam também a possibilidade de uma formação técnica e um aprofundamento profissional, não somente evidenciando, mas também fortalecendo as diferenças sociais:

Há os que precisam trabalhar cedo e, por isso, vão cursar o itinerário formativo dedicado à formação profissionalizante. A estes será ofertada uma formação aligeirada para, prontamente, se submeterem ao mercado de trabalho de relações precarizadas, sujeitando-se, assim, a relações de intensa exploração para a garantia de suas condições de subsistência e há ainda aqueles que, por questões impostas também por essa sociedade de classes, estão fora de qualquer processo formativo ligado à educação formal (Santos et al, 2022, p. 223).

A questão discutida é acerca dos jovens e adolescentes que desde o Ensino Médio, ou antes, precisam estar no ambiente de trabalho para sobreviver, e por essa razão cursam os Itinerários Formativos técnicos como forma de maior preparo para o seu emprego ou futuro trabalho.

Tenta-se estabelecer o sentido de que a realização do itinerário formativo técnico como objetivo de imediato ingresso no mercado de trabalho é uma livre escolha do indivíduo. E, para isso, silencia-se que o jovem que “prefere” terminar o Ensino Médio e trabalhar é, na verdade, o jovem pobre pertencente à classe trabalhadora que, desde cedo, “necessita” produzir os meios necessários para garantir a própria subsistência (Santos et al, 2022, p. 222).

Mas afinal, a escola deve apenas preparar os alunos para o mercado de trabalho? É com essa reflexão que Hissa e Brasil (2023) iniciam um debate sobre as possibilidades dos Itinerários Formativos no Novo Ensino Médio. As autoras trazem a percepção de que a escola deveria ser o espaço que discute e problematiza o modo de produção capitalista e neoliberal que embasa a sociedade atual e não que reproduza essa grande contradição a qual a está presa e promova discursos de falsa autonomia, empreendedorismo e meritocracia, correspondente a isso, Freire (2019a) diz que a educação deve ser uma prática libertadora, ou seja, que deve promover a independência dos estudantes através de reflexões e ações que busquem a emancipação dos mesmos. Para o autor o papel da escola é justamente promover um ambiente que discuta a realidade, Freire entende a escola “como um

espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de idéias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência” (1991, p. 16).

Além disso, Pinheiro et al. (2020, p. 252) afirmam que essas questões já citadas “são mais urgentes para estudantes que dependem do ensino público, oferecidas pelo Estado”, dado que nas instituições escolares privadas, todos os Itinerários também podem e são comercializados, as escolas particulares possuem estrutura e condições para matricular seus alunos em todos os Itinerários Formativos que eles desejarem, resultando em uma educação mais completa. “Isso faz com que o saber sistematizado se concentre, cada vez mais, nas mãos da classe dominante, acentuando a discrepância entre o ensino público e o privado, entre pobres e ricos” (ibidem p.252).

Freire (1986) nos alerta sobre como a escola pode se transformar em espaços para a venda de conhecimento, o que corresponde à ideologia capitalista. A escola que não desenvolve pensamento crítico, trata o conhecimento como um produto a ser vendido, em que os professores entregam o saber como produto a ser adquirido pelos alunos. “A escola não deve ser pautada pela satisfação do cliente (mercado) e do consumidor (pais e alunos) que exercem um papel de centralização política e econômica cada vez mais vigente e preconizam um caráter de normatização simbólica dos preceitos mercadológicos” (Hissa e Brasil, 2023, p. 4).

Pinheiro et al. (2020) concluem o artigo trazendo a reflexão de que a Reforma do Ensino Médio serve na verdade como forma de precarização da educação, pois além de evidenciar as desigualdades, reduz a oportunidade de uma emancipação dessas classes menos favorecidas, indo contra a uma pedagogia crítica e de qualidade.

Já Carvalho e Cavalcanti (2022, p. 3) discorrem sobre como o discurso de que o Ensino Médio precisava de um caráter de terminalidade e de formação profissional foi fundamental para que a Reforma fosse aprovada, “formar integralmente o aluno e prepará-lo para o trabalho continuam a ser as questões centrais do debate”. A propaganda e divulgação com justificativas interessantes e atrativas no que se refere a entrada no mercado de trabalho e aos Itinerários Formativos “promove apenas uma educação ilusória e dissociada das necessidades

de formação geral, amplia a perpetuação da dualidade estrutural e não proporciona a tal modernização apregoada pelos itinerários formativos” (Carvalho; Cavalcanti, 2022, p.15), visto que, segundo os autores, a partir do funcionamento dos Itinerários, as escolas estão oferecendo uma formação vazia e conteúdos mínimos.

A chamada “dualidade estrutural” se estabelece na relação entre o jovem estudante secundarista se inserindo no mercado de trabalho ou/e sua formação acadêmica e universitária, dualidade essa que sempre existiu dentro da realidade de estudantes em maior vulnerabilidade social, mas que foi intensificada e acentuada a partir do Novo Ensino Médio.

Para os jovens, o Ensino Médio tem sido ancorado em dois grandes eixos: trabalho e formação para a vida. Em tempos de reformas, esse discurso é também utilizado pelo Estado como ponto de partida de uma modernização, por meio da flexibilização curricular, da promessa de uma rápida inserção no mercado de trabalho, e de uma formação precária, principalmente para jovens pobres que frequentam as escolas públicas (Silveira et al, 2018, p.107).

Os autores citados anteriormente trazem também reflexões fundamentais sobre a maneira como os jovens do Ensino Médio devem ser compreendidos e pensados, a partir de seus desejos e necessidades, e a partir de uma formação humana e integral, a fim de superar a dualidade existente na organização do Ensino Médio e promover uma educação que seja de qualidade, visto que “pensar sobre o conceito de juventude e/ou juventudes requer uma análise que não reduza os jovens à condição biológica ou de faixa etária.” (Silveira et al, 2018, p.108), mas sim a uma análise histórico e cultural, que abranja as características sociais e econômicas dos jovens estudantes.

Esse é um aspecto que Freire (1997) traz em seu discurso, a importância de enxergar e entender a realidade e o contexto dos educandos para que essa educação de qualidade descrita pelos autores, seja de fato desenvolvida dentro das escolas, o autor afirma que “o filho do trabalhador deve encontrar nessa escola os meios de auto emancipação intelectual independente dos valores da classe dominante” (Freire, 1991, p 16), ou seja, a escola que está envolvida com o contexto e a participação de seus alunos, rompe com a tradição, segundo Freire, de que somente a elite deve estar inserida no ambiente escolar, promovendo um espaço que garanta discussão e reflexão para todos os estudantes buscarem uma

emancipação intelectual. Porém, esta preocupação o Novo Ensino Médio não demonstra, como foi mostrado e discutido, a Reforma imposta e as mudanças realizadas nas escolas, não consideram nem desejam alterar a realidade dos secundaristas. Com os Itinerários Formativos, o Ensino Médio não está oferecendo uma educação que liberte os estudantes das práticas e lógicas de mercado da escola, por essa razão se torna fundamental tratar acerca das desigualdades sociais presente na nossa sociedade, e do mesmo modo, nas escolas públicas do Brasil, que são evidenciadas e incentivadas a partir dos Itinerários Formativos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A academia tem produzido trabalhos que apresentam, de forma geral, as mesmas críticas à Reforma do Ensino Médio. Os artigos analisados e discutidos carregam reflexões sobre o protagonismo estudantil, a dificuldade docente no trabalho dos Itinerários Formativos, a desigualdade social como fator significativo na implementação e funcionamento do Novo Ensino Médio, entre outros aspectos que tematizam a Reforma como um enfraquecimento da educação pública.

Os textos e obras de Paulo Freire que discorrem e refletem sobre a concepção de uma boa escola, uma educação libertadora e um educador participativo, não se articulam nem relacionam-se com a implementação do Novo Ensino Médio, especialmente a respeito dos Itinerários Formativos. Enquanto Freire propõe uma escola de educação crítica e uma participação efetiva dos estudantes, os Itinerários buscam priorizar a entrada no mercado de trabalho e manter a lógica social a qual os alunos já estão inseridos.

Em vez de diminuir as desigualdades, a Reforma do Ensino Médio as institucionaliza, usando a falsa liberdade de escolha e a ilusória autonomia estudantil para cobrir a realidade desigual dos estudantes e da nossa sociedade. As críticas à Reforma, realizadas pelos autores aqui estudados e analisados, revelam uma contradição entre o discurso propagado pelo governo e a realidade das escolas com a implementação e funcionamento dos Itinerários Formativos.

Portanto, é possível afirmar que a educação básica, em especial o Ensino Médio, está enfrentando desafios e complicações significativas que resultam em uma má diretriz da educação, com a implementação da Reforma e dos Itinerários Formativos, a escola pública de Ensino Médio, não está cumprindo o seu papel de fornecer uma educação de qualidade para todos.

Diante de todos os aspectos discutidos na presente pesquisa, denunciamos a implementação dos Itinerários Formativos nos currículos escolares e o funcionamento do Novo Ensino Médio nas escolas públicas do país, mas também anunciamos aqui que diálogos efetivos é que devem ser propostos e realizados, diálogos entre educadores, educandos e sociedade, que levem a um Ensino Médio

de acordo com o que a LDB propõe, e que ofereça uma formação crítica para os estudantes. Entendemos que o Ensino Médio precisava de ajustes, contudo os Itinerários Formativos da forma que estão funcionando não são a solução, essa etapa da educação necessita de uma grande mudança, e essa mudança se inicia a partir do encerramento das práticas, diretrizes e políticas denunciadas aqui.

Por fim, o cenário que nos assusta é o mesmo que nos motiva, é possível anunciar novas oportunidades e pensar em uma educação melhor, que enxergue e considere todos os estudantes, que valorize e defenda os professores e que possibilite e ofereça uma escola de qualidade. “O sonho de mudar a cara da escola. O sonho de democratizá-la, de superar o seu elitismo autoritário, o que só pode ser feito democraticamente” (Freire, 1991, p. 74). Lutaremos, então, por um Ensino Médio que garanta a participação estudantil de forma democrática e que se interesse pelo contexto social, econômico e cultural de cada jovem e adolescente, construindo assim uma educação crítica, coletiva e humanitária.

REFERÊNCIAS

- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. LDB - 13.415/2017, de 16 de fevereiro de 2017. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- CARVALHO, C. do P. F. de; CAVALCANTI, F. . O Novo Ensino Médio Paulista : velhas propostas de manutenção da dualidade estrutural e da precarização do ensino. *Educ. Form., [S. l.]*, v. 7, p. e7317, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/7317>.
- CÁSSIO, F.; GOULART, D. C. Itinerários formativos e ‘liberdade de escolha’: Novo Ensino Médio em São Paulo. *Retratos da Escola, [S. l.]*, v. 16, n. 35, p. 509–534, 2022. DOI: 10.22420/rde.v16i35.1516. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1516>
- FABIS, C. da S.; WANDERER, F. Novo Ensino Médio e seus efeitos sobre sujeitos e currículos. *Cadernos do Aplicação, Porto Alegre*, v. 35, 2022. DOI: 10.22456/2595-4377.120820. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/120820>.
- FERRETTI, C. J. (2018). A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*. São Paulo. v. 32, nº 93.
- FREIRE, P. *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez; 1991.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire*. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 69ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2019a.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 25ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019b
- FREIRE, P. *Professora, sim; tia, não*. São Paulo: Editora Olho d’Água, 1997
- FREIRE, P.; SHOR, I. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FURTADO, R. S.; SILVA, V. V. A. A Reforma em curso no Ensino Médio Brasileiro e a naturalização das desigualdades escolares e sociais. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.18, n.1, 2020.

GROENWALD, Claudia Lisete Oliveira; PANOSSIAN, Maria Lucia. Reflexões sobre o Novo Ensino Médio: possibilidades e desafios. *RIPEM - Revista Internacional de Pesquisa em Educação Matemática*, v. 11, n.1, p. 05-23. 2021.

HISSA, D. L. A.; BRASIL, J. B. Novo Ensino Médio e os itinerários formativos: possibilidades para os multiletramentos?. *Travessias Interativas*, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 7–26, 2023. DOI: 10.51951/ti.v13i28.p7-26. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Travessias/article/view/18126>.

KOEPSEL, E. C. N; GARCIA, S. R. O; CZERNISZ, E. C. S. A Tríade da Reforma do Ensino Médio Brasileiro: Lei N° 13.415/2017, BNCC e DCNEM. *Educação em Revista*. Belo Horizonte. v.36, 2020.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katalysys*. Florianópolis v. 10 n. p. 37-45, 2007.

LOPES, A. C. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. *Retratos da Escola*. Brasília, v. 13, n. 25, p. 59-75, jan./mai. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília, 2018.

PINHEIRO, B. C. S; EVANGELISTA, N. A. M; MORADILLO, E. F D. A reforma do “novo Ensino Médio”: uma interpretação para o ensino de ciências com base na pedagogia histórico-crítica. *Debates em Educação*, [S. l.], v. 12, n. 26, p. 242–260, 2020. DOI: 10.28998/2175-6600.2020v12n26p242-260

POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos, v. 2, 2008.

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. Novo Ensino Médio e indução de desigualdades escolares na rede estadual de São Paulo [Nota Técnica]. São Paulo: REPU, 02 jun. 2022. Disponível em: www.repu.com.br/notas-tecnicas.

SANTOS, L. A. dos; CAVALCANTE, M. do S. A. de O. .; MELO, V. NOVO ENSINO MÉDIO: ENTRE A LIBERDADE INCONDICIONAL DOS SUJEITOS NA ESCOLHA DO ITINERÁRIO FORMATIVO E A NECESSIDADE SÓCIO-HISTÓRICA DE REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO. *fólio - Revista de Letras*, [S. l.], v. 14, n. 1, 2022.

SÃO PAULO (estado). Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. *Currículo Paulista – Etapa Ensino Médio*. 1. Ed. São Paulo: SEDUC, 2020

SILVEIRA, E. D. S.; RAMOS, N. V.; VIANNA, R. de B. O “novo” ensino médio: apontamentos sobre a retórica da reforma, juventudes e o reforço da dualidade estrutural. *Revista Pedagógica, [S. l.]*, v. 20, n. 43, p. 101–118, 2018. DOI: 10.22196/rp.v20i43.3992

VASCONCELOS, A. K. B. Uma Proposta de Eletiva para um Itinerário Formativo: a Geometria e Cartografia da Terra. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática). Universidade Federal do Alagoas, 2021.

VICENTE, V. R. R. de; MOREIRA, J. A. S. Políticas educacionais para a formação do jovem brasileiro: a reforma do ensino médio e as implicações da lei nº 13.415/2017. *Educação em Análise, Londrina*, v. 4, n. 2, p. 187–206, 2019.